

A ATUAÇÃO POLÍTICA SOCIAL DO ARQUITETO URBANISTA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

Beatriz Ribeiro Strapaiassi, Fabiana Felix do Amaral e Silva.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, biastrapaiassi@outlook.com, fabiana.amaral@univap.br.

Resumo - Trata-se de uma pesquisa de pesquisa de Iniciação Científica em andamento. O objetivo do estudo é refletir sobre o papel sócio-político do arquiteto urbanista na atuação junto aos movimentos sociais de moradia na realidade brasileira. O estudo propõe inicialmente o levantamento histórico, político e social sobre o tema da habitação social e o direito à moradia. Portanto, apresenta-se um panorama sobre o processo de mutirões autogeridos presentes na sociedade brasileira e o papel da arquitetura social na luta pela redemocratização do território urbano.

Palavras-chave: Movimentos sociais, arquitetura e urbanismo, mutirões autogeridos.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

A problemática referente à luta pela moradia vem tomando rumos alarmantes dentro da contemporaneidade, com isso, a discussão acerca da atuação do arquiteto urbanista dentro dos movimentos sociais pela moradia adquire notoriedade em território urbano, se mostrando essencial, seja com mutirões, ocupações ou com qualquer outro meio de militância prática.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no Artigo 25, parágrafo 1º explica que:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Neste trecho do DUDH, manifesto em 1948, observa-se a preocupação com o direito dos seres humanos ao acesso à moradia digna, esta sendo segura, acessível e regularizada. Apesar disso, a população em situação de rua cresceu no País 140%, desde 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março deste ano, com tendência à prospecção. (IPEA, 2020).

Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa é discutir acerca do papel do arquiteto urbanista dentre os movimentos sociais de moradia, mais especificamente do processo de mutirões autogeridos presentes na sociedade brasileira.

Metodologia

A metodologia utilizada para desenvolvimento do artigo foi de natureza descritiva, com base em análises de mutirões autogeridos ocorridos em âmbito social. O estudo foi realizado através de pesquisas auxiliares, registros fotográficos e dados estatísticos, entendendo a infraestrutura e condicionantes.

Discussão

Apesar do grande número de imóveis ociosos nos centros urbanos, a população sem acesso à moradia digna se mostra refém do processo de globalização, este se referindo diretamente ao território onde é possível observar a forma com que o sistema pode moldar a produção de espaço (HARVEY, 2015). Com isso, a globalização torna o direito de habitar uma mercadoria, causando uma anulação governamental em seu papel como provedor para se tornarem apenas um facilitador, o que favorece o setor financeiro imobiliário, este visando o lucro em função de um direito universal (ANDRADE, 2006).

O início dos profissionais brasileiros de arquitetura com esta discussão se deu em Salvador, em 1935, com a I Semana do Urbanismo no Brasil. O evento simboliza uma transição para outro ideário urbanístico, que rompe com as formas tradicionais intervencionistas do séc. XIX, centrado no Urbanismo sanitaria e estético-viário com enfoque no embelezamento socioeconômico. Logo, a população pobre foi realocada para as áreas mais distantes dos centros urbanos, colocando-se como uma espécie de barreira entre mundos, tratando o território de duas formas distintas: “cidade-certa” e “cidade-errada”.

Figura 1 - Cidade de Salvador durante a I Semana do Urbanismo, em 1935.



“Fileira de casas ruins”

Fonte: Foto divulgação [Anais da Semana de Urbanismo de 1935]

O déficit habitacional interfere na garantia do direito à habitação e influencia diretamente na qualidade de vida da população em situação de risco, tornando

a empregabilidade, educação, saúde e a convivência social uma forma utópica de vida para a mesma. Conforme aponta Maricato (2003), para grande parte da população, a urbanização é feita de forma ilegal e sem financiamento público, dando respaldo à existência da forma de habitação “barracos”. A luta pelo direito à moradia não se relaciona apenas ao conceito básico de “quatro paredes e um teto”, mas à dignidade, esta sendo entendida como a inclusão desta população à sociedade.

Os movimentos sociais por habitação contam com um repertório de estratégias, como exemplos: ocupações; participação em espaços institucionais; atuação ativa nos grandes centros e construção de mutirões autogestionários. Entende-se que é a partir da promoção destas estratégias de ação que a arquitetura passa a ser entendida também como prática político-social.

A formação dos mutirões de autogestão se estabelece a partir da associação entre trabalhadores, iniciativa privada e o Estado, que é agregado com intuito de produzir uma mercadoria que se relaciona à subsistência humana. A existência do mutirão nas experiências de organização popular tem sido reflexo da ausência do Estado como agente provedor das condições da qualidade de vida e da gestão das moradias de interesse social.

O alinhamento entre arquitetos, assistentes sociais e trabalhadores se transformou em ação e partiu diretamente dos centros urbanos para as periferias, a fim de criar uma metodologia de ação que englobe diversas classes sociais caracterizando a militância político-cotidiana. Assim, em 1987 cerca de 90 profissionais entre políticos, arquitetos e técnicos se reuniram a fim de discutir a respeito da questão da moradia para avaliar a situação juntamente com a atuação de cada área nesse quesito. Sobre este evento, Ronconi (2010) comentou que:

Este primeiro encontro surpreendeu, pois reuniu cerca de 90 pessoas. Ele era basicamente uma tentativa de reconhecimento de quem trabalhava com assessoria naquela época. Foram desde pessoas que trabalhavam individualmente, até estudantes, que não trabalhavam, mas tinham interesse pela discussão (RONCONI, 2010, p. 41.).

Com o movimento, houve a percepção que, além de estar ao lado da população na luta por moradia, era necessário também colaborar ativamente, entendendo a luta como uma reivindicação não apenas dos excluídos, mas também do bem público. Desta forma, a atuação do arquiteto e urbanista se mostra com teor pedagógico aos movimentos sociais, com a responsabilidade de garantir a qualidade dos espaços produzidos em conjunto com a comunidade e não mais apenas um espaço que possa ser considerado ocioso após um curto espaço de tempo.

Apesar da luta por moradia ter iniciado anteriormente ao golpe militar, que ocorreu em 1964, foi através da gestão da prefeita Luiza Erundina (PT-SP), entre 1989 e 1992, que os mutirões se tornaram enfoque, primeiramente na cidade de São Paulo e posteriormente em todo o país. Após a eleição de Erundina, Ermínia Maricato, a professora da FAU-USP foi nomeada para ser responsável pela Secretaria de Habitação, traçando diálogos importantes com as novas formas de construções habitacionais por meio da democratização do direito à moradia.

Conclusão

O mutirão autogerido se mostra não como molde de política habitacional, mas como meio para que os espaços livres avancem como espaços de resistência organizada de reivindicação pelo direito de habitar o espaço urbano. É importante ainda que estas experiências comunitárias possam ser reapropriadas pelas organizações sociais que lutam pelo direito à moradia e à cidade.

Considera-se urgente uma avaliação do papel da arquitetura e do urbanismo para que possa cumprir efetivamente sua função social. O ato de planejar, projetar e executar algo de qualidade, vem sendo entendido como um direito que o dinheiro concede, quando na realidade é um direito básico do ser humano, habitar e pertencer ao lugar que lhe cabe. A produção dos mutirões dentro da arquitetura, almeja, nesse contexto, se restituir não apenas como um “teto” sob a cabeça das pessoas, mas como uma produção de espaços livres capazes de abrigar todo e qualquer cidadão que desejar.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, D. de C. M. (2021). A globalização e as cidades mundiais: a falta de moradias em decorrência do mercado imobiliário, do financiamento das moradias e da apropriação das cidades. **Revista Direito Em Debate**, v. 30 n. 56, 63–75. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2021.56.10187>.

BRANDÃO, F. **A elaboração do saber nas lutas pela moradia**. Fortaleza, 2001.

CERQUEIRA, I. **As mil moradias**. São Paulo, 2016

COSTA, E. **A Semana de Urbanismo de 1935 em Salvador**. Disponível em: <https://bit.ly/3p3Cogp>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

SANTOS, A. A prática dos movimentos de moradia na produção do Espaço na cidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811. Acesso em: 17 fev. 2022.

MARICATO, E. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis: vozes, 1987

OSÓRIO, L. **Direito à moradia no Brasil**. Porto Alegre, 2002.